

A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE EM UBERLÂNDIA, MINAS GERAIS (1946 A 1983)

*The history of professional education in
Uberlândia, Minas Gerais (1946 To 1983)*

Vera Lúcia Abrão Borges

RESUMO

O texto busca refletir sobre a educação profissionalizante em Uberlândia/MG, de 1946 a 1983. Foram selecionadas três diferentes escolas: *SENAI, Escola Estadual Américo Renê Giannetti e Escola Agrotécnica Federal de Uberlândia*. Portanto, procura-se perceber o modo como se construíram essas diferentes escolas profissionalizantes e quais as propostas de cada uma. Através da investigação e do cruzamento dos dados extraídos de jornais, documentos e outros, foi possível detectar muitas construções, representações e práticas, onde transparecem as relações que estabelecem com a história de seu tempo.

Palavras-chave: Educação profissionalizante; história da educação; escola profissionalizante.

ABSTRACT

The text aims to reflect on professional's education of Uberlândia/MG, between the 1946s and the 1983s. Three different schools were select: *SENAI, Escola Estadual Américo Renê Giannetti e Escola Agrotécnica Federal de Uberlândia*. Therefore, the study tries to perceive how these different forms of professional's schools are constructed and what the purposes of each one. Through the investigation and comparison of the core of our documentation, extracted from newspapers, documents and others, were identified many constructions, representations and experiences, where the relationship they establishes with the history of their time emerges.

Key-words: Professional's education; history of education; professional's school.

* Doutora em Educação pela PUC-SP. Professora de História da Educação da UFU. Contatos: veralucia@ufu.br

Este ensaio faz uma ligeira apresentação acerca do ensino profissionalizante em Uberlândia/MG¹ sendo selecionadas três distintas instituições: *SENAI*, *Escola Estadual Américo Renê Giannetti* e *Escola Agrotécnica Federal de Uberlândia*, cada uma expressando uma proposta específica de formação profissional para clientela diferenciadas, no município de Uberlândia e regiões vizinhas.

Entende-se que a escola constitui um espaço privilegiado de educação sistematizada, pois envolve planejamento, organização e controle sistemático das determinadas práticas nela encetadas, tendo por base objetivos claramente definidos. Constitui, outrossim, um espaço de entrecruzamento de culturas, tensões, imposições, restrições, negações e contrastes na construção de significados, desempenhando as funções de gerar classificações e discriminações sociais e de legitimar a dominação. Nesse espaço se constrói uma cultura escolar, sob influências externas e internas.

As fontes priorizadas para a análise foram: legislações nacionais sobre o ensino profissionalizante, documentos encontrados nos arquivos das escolas e *Arquivo Público Municipal*, jornais locais e outras fontes secundárias julgadas necessárias para a composição dos quadros histórico e teórico do objeto pesquisado. Faltam ainda fazer as entrevistas com os agentes sociais mais diretamente responsáveis pela dinâmica interna das escolas investigadas.

O marco inicial (1946) coincide com as primeiras iniciativas em torno do ensino profissionalizante na cidade e o marco final (1983), com o ano em que se deu a inauguração oficial da Unidade do *Senai* (*Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial*) de Uberlândia. As duas outras instituições foram implantadas nesse interregno (a Escola Agrotécnica, em 1957 e a da E. E. A. Renê Giannetti, em 1962). A intenção foi abordar, ao lado dessas duas escolas públicas (uma federal e outra estadual) o sistema paralelo, aqui representado pelo SENAI, “organizado e gerido pelos organismos sindicais patronais” (Manfredi, 2002, p. 98).

Até as *Reformas Capanema* (*Leis Orgânicas do Ensino*), de 1942 a 1946, os cursos profissionalizantes de ensino médio, que atendiam as classes menos favorecidas, não tinham qualquer articulação com o curso secundário, que era propedêutico ao curso superior e se destinava aos setores privilegiados da sociedade, legitimando a divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual. O Estado populista implantado por Getúlio Vargas (1930-1945), centralizador, atuando como agente do desenvolvimento econômico e visando o modelo de substituição de importações, acionou práticas autoritárias, propaganda política e nacionalismo populista, os quais, em última instância, favoreceram os interesses dos empresários privados e das recém-criadas estatais, em detrimento dos trabalhadores.

As *Leis Orgânicas*, por razões econômicas e ideológicas, objetivam a formação da força de trabalho para fomentar o projeto desenvolvimentista e procuraram “montar um quadro geral e simétrico que abrangesse todos os tipos de ensino”. Ao lado do ensino secundário (para formar os grupos dirigentes), os ramos profissionalizantes do ensino médio (industrial, comercial e agrícola) para fornecer a força de trabalho para os setores da produção e a burocracia. Também deliberaram, dentre outras medidas, a criação do *Senai* (1942)², agência de educação profissionalizante construída sob a ótica empresarial e paralela ao sistema regular de educação, com grande expansão a partir do golpe militar de 1964, passando-se a implementar o PIPMO Programa Intensivo de Formação de Mão de Obra. (Idem, pp. 99-104)

Instaurado definitivamente o capitalismo no país, com a abertura do país ao capital estrangeiro, verifica-se nesse período de ditadura militar (1964 a 1985) que

A perspectiva tecnicista dos projetos de desenvolvimento desse período fortaleceu o Sistema S e as iniciativas das empresas privadas e estatais, por intermédio do PIPMO e da Lei 6.297/57, que concedeu incentivos fiscais para que as próprias empresas desenvolvessem seus projetos de formação profissional (...) [podendo] ser empregados tanto em projetos de preparação imediata para o trabalho 'de indivíduos menores ou maiores, através da aprendizagem metódica, da qualificação profissional, do aperfeiçoamento e da especialização técnica em todos os níveis', como na dedução de despesas de construção ou instalação de centros de formação profissional e/ou de aquisição de equipamentos”. (Ibidem, pp. 104-105)

¹ Esse é o tema enfocado no Projeto de Pesquisa que coordeno e que foi aprovado pela Fapemig, em prática desde o segundo semestre de 2003. Intitula-se *HISTÓRIA E MEMÓRIA: As Instituições Educacionais de Uberlândia/Mg e a Profissionalização (1942 a 1985)*

² Maiores detalhes, consultar Manfredi (2002) e Cunha (1977).

Ainda nos governos militares, foi instituída a reforma do ensino fundamental e médio no país - Lei nº 5.692/71 - que instituiu para todo curso secundário a profissionalização universal e compulsória³, equiparando os cursos técnicos aos profissionalizantes e lhes assegurando acesso ao superior. Duas redes compunham o sistema formal de ensino profissionalizante: as escolas públicas (federais, estaduais e municipais) e a rede mantida por entidades privadas (como o sistema S). Aproveitando-se dessa brecha, o SENAI de Minas conseguiu que seus cursos técnicos fossem validados como regulares e, ao mesmo tempo, abriu unidades em várias outras cidades mineiras que tinham um desenvolvimento industrial significativo. No entanto, as escolas públicas decaíram em qualidade, ficando deficitária sua formação geral com a redução de sua carga horária e não possuindo recursos materiais (e nem humanos) para a qualificação profissional. Ao mesmo tempo, desarticularam o ensino técnico estadual. Daí as alterações que foram sendo imputadas à Lei nº. 5.692/71, com a Lei 7.044/82, repondo-se a tradicional dualidade entre formação geral e formação profissionalizante (habilitações específicas e plenas Pareceres MEC 45/72 e 76/75)

Sob essa perspectiva, consideram-se relevantes investigações que contribuam para o entendimento dos significados (valores, opiniões, sentimentos, atitudes, conteúdos etc.) e das práticas sociais (de hierarquia, de repressão e aceitação, de disciplina etc.) construídos em cada uma das escolas priorizadas, no âmbito da formação profissionalizante.

A Escola Américo Renê Giannetti, de 1º e 2º Graus⁴:

Pelo Plano de Recuperação Econômica do Estado de Minas Gerais, de 1947, na gestão do Secretário da Agricultura, Comércio e Indústria, Dr. Américo Renê Giannetti, no governo Milton Campos, deliberou-se a criação de uma *Escola Vocacional de Aprendizagem Industrial*, “com o objetivo de preparar recursos humanos para melhoria da produtividade industrial do Estado”. (Minas Gerais, 1983, p. 1) No entanto, não havia, ainda, em Uberlândia um número significativo de indústrias, de forma que apenas a 15 de abril de 1962, quando esta cidade tinha sofrido um surto desenvolvimentista (comercial e industrial) em decorrência da construção de Brasília, se concluiu a sede dessa escola, com imediata instalação e funcionamento, na qualidade de *Escola Vocacional e de Aprendizagem Industrial*, para atender a menores necessitados. Oferecia o Curso Vocacional e o de Aprendizagem Industrial, com aulas práticas (nas oficinas) e teóricas. Consta, ainda, no documento, que em “1964 foi transformada em *Ginásio Industrial*, sendo o primeiro estabelecimento Oficial do Estado de Minas Gerais, no gênero, a ser registrado no *Ministério da Educação e Cultura*.” Perdeu seu caráter assistencialista, integrando a Secretaria do Trabalho Ação Social e Desportos de MG.

Em decorrência da LDB 5.692/71, passou a ser *Escola Estadual Américo Renê Giannetti de 1º e 2º graus* (Idem), tendo incorporado os seus princípios educacionais, haja vista que, nas palavras do relator do texto, a mesma precedeu, “em sua organização, à própria lei da reforma.” Assim sendo, instituiu-se o 1º grau (de 1ª à 8ª séries) e o 2º grau profissionalizante para todas as escolas. A partir de então, essa escola vai passar por crises existenciais e se desestruturando cada vez mais.

Este pioneirismo no campo da educação escolar profissionalizante, enquanto primeira escola vocacional, transparece nos inúmeros eventos dos quais participou. Destacam-se: participação em Feiras de Ciência, regionais, estaduais e nacionais, com exposição de trabalhos; coordenação de Feiras Regionais de Ciências do Triângulo Mineiro; oferta de cursos intensivos profissionais, em convênio com a Secretaria do Trabalho; colaboração no plano de Implantação da Reforma do Ensino de Uberlândia, elaborado em 1962, etc.

Implantou, em agosto de 1977, o curso de 2º grau, de caráter profissionalizante, com habilitações em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, secretariado, etc⁵.

³ Não surtiu efeito, pois não contou com as condições objetivas necessárias para se transformar todo o ensino público de 2º grau, no sentido de articular formação geral e formação profissional.

⁴ Para o desenvolvimento do Projeto citado, tem-se a colaboração de uma aluna do Mestrado, cuja Dissertação insere-se neste, tendo por enfoque o ensino profissionalizante na Escola Estadual Américo Renê Giannetti. Portanto, deste ensaio apenas se fará uma abordagem superficial de sua fundação, a partir de algumas fontes impressas coletadas, não sendo utilizadas algumas das entrevistas que já foram realizadas.

⁵ O período de 1977 a 1996 está sendo analisado com mais profundidade pela minha orientanda, Karla Patrícia de Rezende.

Em convênio com a *Secretaria de Estado do Trabalho*, ganhou mais um prédio, totalizando 7.792 m² de área construída. Transformou-se, em 1983, em *Centro Regional de Educação Para o Trabalho Américo René Giannetti*. Passou, então, a oferecer outras habilitações e cursos rápidos de preparação de mão-de-obra, visando atender a uma população de 2.000 alunos no ensino formal e 1.800 no profissionalizante. Atualmente, persistem os cursos de 2º grau profissionalizantes, sendo ampliadas as vagas para o ensino regular.

Com as novas deliberações inscritas na Lei nº 9.394/96, a escola reformulou, em parceria com as empresas, seus currículos e programas, oferecendo o ensino médio profissionalizante seqüencial nas áreas já destacadas, em três módulos semestrais e com um estágio de 240 horas nas empresas.

Dessa primeira aproximação com a escola, ainda linear e repleta de espaços, apreende-se sua complexidade e ressalta-se a importância de pesquisas sobre a mesma, o que está sendo feito por duas alunas do Curso de Mestrado em Educação, a fim de possibilitar melhor entendimento sobre sua criação e as diversas etapas por que passou, destacando-se as continuidades e mudanças na mesma; como se dá a parceria Escola/Empresa; os valores, atitudes e comportamentos disseminados; clientela escolar, dentre outros aspectos.

A Escola Agrotécnica Federal de Uberlândia

Por outro lado, a *Escola Agrotécnica* constituía uma antiga aspiração dos uberlandenses, quando, em 1922, o Cel. José Teófilo Carneiro adquiriu as terras da atual escola-fazenda, a 25 Km do centro da cidade. O processo de sua implantação iniciou-se no governo de Getúlio Vargas, mas foi concluída no governo de Juscelino Kubitschek. Vários anos se passaram entre a aprovação e a construção final da escola, constituindo foco de interesse da elite política local e regional, por meio de seus representantes. Foi criada pelo *Termo de Acordo* de 21 de outubro de 1957, por cinco exercícios financeiros, entre a União e o Governo Estadual de Minas Gerais, com o nome de *Escola Agrotécnica de Uberlândia*. Em 20/11/1962, pelo *Termo de Renovação*, o referido acordo foi estendido para mais cinco exercícios financeiros, incluindo o de 1962. Pelo Decreto-Lei nº. 53.558, de 13 de fevereiro de 1964, passou a chamar-se *Colégio Agrícola de Uberlândia*. A abertura oficial foi a 04 de agosto de 1969, sendo que 10 anos depois passou a chamar-se *Escola Agrotécnica Federal de Uberlândia*, pelo Decreto nº. 83.935, de 4 de setembro de 1979.

A partir de dezembro de 1977, pelo contrato de empréstimo 379/SF-BR, celebrado entre MEC-SG/PREMEM e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), iniciaram-se a reforma e a ampliação das instalações e equipamentos da escola, dotando-a da sua atual infra-estrutura básica funcional, de ESCOLA-FAZENDA, com aulas práticas e teóricas vinculadas à produção e também com o *sistema de internato* para abrigar alunos. Conta, ainda, com alojamentos para abrigar funcionários e alguns professores. Pela Portaria nº. 86, de 07 de outubro de 1980, da Secretaria de Ensino de 1º. e 2º. Graus do MEC, a escola teve sua regularidade declarada. A 14 de fevereiro de 1993 (Decreto nº. 2147) tornou-se *autarquia federal*, vinculada ao *Ministério da Educação e do Desporto*.

A sede da escola localiza-se no município de Uberlândia, a 25 Km do centro da cidade, sendo todo o acesso asfaltado e contando com rede rodoviária regular para o acesso à mesma. É próxima dos distritos do município - Martinésia e Cruzeiro dos Peixotos. O solo é próprio para a agricultura, fértil, com topografia plana e recursos hídricos suficientes para irrigação sistemática, com pivô central em toda sua extensão. Além de possuir quatro nascentes, uma delas responsável pelo abastecimento de água potável e outra de água sulfurosa, também é cortada por um córrego e um rego d'água. Tem, ainda, dois poços semi-artesianos. Temperatura agradável (média de 22,6°C) e índices pluviométricos normais.

Pode-se aventar a hipótese de que a defesa de sua criação, em uma época em que tal cidade do interior de Minas era tão pequenina, tem uma relação direta com o movimento de modernização encetado pela sociedade brasileira de então. Era uma cidade muito jovem, pois a então chamada *São Pedro de Uberabinha* foi criada já no período republicano (1888), de forma que os discursos de suas elites políticas incorporaram os ideais republicanos, manifestando uma aparente contradição com a economia agrária dominante em seu município. Foram construídos mitos, por suas elites, no sentido de representar a cidade como moderna, progressista e futurista, de que adveio a construção de suas

avenidas centrais com um traçado mais moderno (largas e paralelas, cortando toda a cidade). Não seria de se estranhar que seus representantes políticos se deixassem contaminar pelo mito inserido no ideário republicano de que a educação seria a saída privilegiada para se alçar níveis mais elevados de desenvolvimento.

Portanto, mesmo que no município a mão-de-obra agro-pecuária ainda não fosse um problema, observa-se o debate em torno da qualificação do trabalho neste setor. Seria esta uma preocupação prematura? Pressupondo-se que as idéias não nascem fora do lugar, mas, muito pelo contrário, acham-se estreitamente relacionadas com a realidade em que se inserem, acredita-se que a presença desse debate tem a ver com a realidade nacional e internacional. A necessidade de uma atualização histórica, marcada internamente por uma crescente capitalização da economia nacional, fez com que a elite uberlandense passasse a incorporar em seu ideário representações da modernidade, aí se incluindo a busca de uma atividade agrícola 'mais moderna', com maior aproveitamento do solo e das condições locais, o que implicaria na utilização de técnicos e tecnologias modernas.

Daí, pois, compreender-se porque o processo de sua implantação, iniciando-se no governo de Getúlio Vargas, só fora concluído no governo de Juscelino Kubitschek. Inúmeros anos de luta se passaram entre a aprovação e a construção final da escola. Em documento desta, desde o processo de sua criação até a efetiva construção do seu prédio, as elites políticas - local e regional - defenderam-na, por meio de seus representantes, especialmente sindicatos, autoridades constituídas e associações de classe, tais como, Rondon Pacheco (como Deputado Estadual e, depois, Ministro da Casa Civil no governo Costa e Silva), Sr. Geraldo Migliorini (à época, Presidente da Associação Comercial), Sr. Virgílio Galassi (então Prefeito de Uberlândia) etc.

Em 1957 deu-se a sua criação, pelo *Termo de Acordo* de 21 de outubro de 1957, por cinco exercícios financeiros, entre a União e o Governo Estadual de Minas Gerais, com o nome de *Escola Agrotécnica de Uberlândia*. Em 20/11/1962, pelo *Termo de Renovação*, o referido acordo foi estendido para mais cinco exercícios financeiros, incluindo o de 1962. Pelo Decreto-Lei nº. 53.558, de 13 de fevereiro de 1964, passou a chamar-se *Colégio Agrícola de Uberlândia*. Mas a abertura oficial foi a 04 de agosto de 1969, sendo que dez anos depois passou a chamar-se *Escola Agrotécnica Federal de Uberlândia*, pelo Decreto nº. 83.935, de 4 de setembro de 1979. A partir de dezembro de 1977, pelo contrato de empréstimo 379/SF-BR, celebrado entre MEC-SG/PREMEM e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), iniciaram-se a reforma e a ampliação das instalações e equipamentos da escola, dotando-a da sua atual infra-estrutura básica funcional, de ESCOLA-FAZENDA, com aulas práticas e teóricas vinculadas à produção e também com o *sistema de internato* para abrigar alunos. Conta, ainda, com alojamentos para abrigar funcionários e alguns professores.

Pela Portaria nº. 86, de 07 de outubro de 1980, da Secretaria de Ensino de 1º. e 2º. Graus do MEC, a escola teve sua regularidade declarada. A 14 de fevereiro de 1993 (Decreto nº. 2147) tornou-se *autarquia federal*, vinculada ao *Ministério da Educação e de Desportos*.

O Senai de Uberlândia

Na tentativa de situar a criação do SENAI na política nacional do ensino industrial, considerou-se pertinente a contribuição de Laurindo (1962). Para ele, a história do ensino industrial remonta a 1909, quando, pelo Decreto nº. 7566, de 23/set./1909, foi criada a rede federal de ensino industrial, instituindo escolas de aprendizes artífices nas Unidades Federadas. A crença então presente pode ser representada pela afirmação de Nilo Peçanha, citada por este autor, de que “o Brasil de então, o da *bela época* de 1909, saíria das academias, mas o Brasil do futuro sairia das oficinas”. No entanto, só depois de quase meio século o país deixou de ser essencialmente agrícola, tornando esta, em parte, subsidiária de muitas das indústrias instaladas (é o caso do algodão) e ostentando um valor de produção industrial maior que o da produção rural.

A exigência, pelas fábricas, de crescente número de profissionais especializados, sobretudo depois da 1ª Guerra Mundial e no trepidante período de entre-guerras, reestruturou o ensino industrial, em bases mais amplas, pela fecundação das modestas *escolas de aprendizes* de Nilo, surgindo o Decreto-lei nº. 4.073, de 30 de janeiro de 1942: a *Lei Orgânica do Ensino Industrial*. (Laurindo, 1962, p.19) Imbuído da crença na *educação como processo de preparação para a vida*, o Brasil moderno implantou indústrias congêneres às dos países desenvolvidos que, envolvidos no 2ª. Guerra, diminuíram ou abandonaram as exportações. Assim, os jovens buscaram as oficinas, esperando por melhor remuneração. Para Nilo Peçanha: “O Brasil renovado começou a sair das oficinas”. (Idem, p. 21)

A *Lei Orgânica de 1942* abraçou a tarefa de:

[...] *eleva o nível elementar das escolas de Nilo, entrosar as escolas de ensino industrial no sistema nacional de ensino médio, ditar-lhes os rumos mais convenientes através de uma regulamentação minuciosa, que incluía as matérias de cada curso e a distribuição do horário escolar.*

Do desenvolvimento súbito e desordenado do parque industrial, emergiu a necessidade de disciplinar a expansão e os novos rumos deste ensino, o que transluz na legislação de 1942. Procurou-se estabelecer uma relação mais estreita deste com as fábricas e organismos industriais a que iriam servir, tornando-se apto a uma pronta adaptação a cada nova demanda da indústria. Mas, em vista da ação mais extensa decorrente da *Constituição de 1946* e das *Constituições Estaduais* criadas a partir de então, aquela lei perdeu força nos Estados.

Para atender à meta proposta no governo Juscelino Kubitschek, de *intensificar a formação do pessoal técnico e educar para o desenvolvimento*, reivindicou-se nova modalidade de ensino industrial - mais flexível, autônomo e adaptado às peculiaridades regionais do país. Dos esforços entre industriais, administradores educacionais e Poderes Executivo e Legislativo, surgiu a *Lei n.º 3552, de 16/fev./1959*, que marcou nova etapa do processo de desenvolvimento do ensino industrial. Não mais um plano simétrico de escolas, com as mesmas estruturas e sob o controle central rígido, mas uma organização capaz de se adaptar às condições em mudança quanto ao mercado de mão-de-obra e às regiões econômicas. Foram atribuídas autonomias financeiras, administrativa e didática às escolas da rede federal. Embora persistisse o princípio de que *a educação é dever do Estado*, passou-se a pregar a *colaboração do lar e da população interessada*.

Conservando algumas atribuições da *Diretoria do Ensino Industrial* (solicitar ao governo distribuição de fundos federais para manter as escolas; determinar as diretrizes gerais dos currículos a serem seguidas pelo Conselho de Professores nos estabelecimentos e escolas federais), sua *função supletiva* de maior alcance consistiu na *assistência didática*, inclusive elaborando material pedagógico. O *ensino industrial* tornou-se, ao mesmo tempo, *propedêutico* e de *caráter terminal*, preparando o jovem para uma profissão e também lhe dando a possibilidade de prosseguir os estudos, mantendo as vantagens da lei de equivalência do ensino médio.

Os *curtos ordinários* eram de dois ciclos: a) 1.º ciclo e ensino de aprendizagem industrial, para atender às solicitações imediatas da indústria; b) ensino industrial básico, que assumiu o caráter propedêutico de ginásio técnico, sem se preocupar em formar o artífice, embora com o objetivo de “explorar e desenvolver aptidões e orientar o jovem, com a colaboração da família, na escolha do trabalho ou estudos ulteriores, além de ampliar os fundamentos da cultura, para conduzir aos *curtos técnicos*, constitutivos do 2.º ciclo”.

Esses *curtos técnicos* visavam formar profissionais “para a imediata assistência a engenheiros e administradores ou para o exercício de profissões desse nível, com a possibilidade de continuação dos estudos”. Passaram para quatro ou mais séries, a fim de atender à crescente demanda de escolas pelos trabalhadores e à formação mais acurada requisitada pela complexidade crescente da produção nacional e aos cursos noturnos (redução do horário semanal, mas com ampliação da seriação).

Como se vê, até 1961, Laurindo vislumbrou três fases nesse ensino, que são:

- 1ª fase - 1909 a 1942 que instituiu uma rede federal de ensino industrial;
- 2ª fase - 1942 a 1959 que elevou o ensino industrial ao nível médio e o articula com os outros ramos desse grau e com o nível superior;
- 3ª fase - a partir de 1959 que lhe imputou maior autonomia, diversificação e flexibilidade.

Criado no país em 1942, atualmente o SENAI constitui um dos mais importantes pilares nacionais de geração e difusão de conhecimento aplicado ao desenvolvimento industrial. Inicialmente denominado *Serviço Nacional dos Industriários*, com o Decreto-lei n.º. 4.936, de 7 de novembro de 1942, passou a chamar-se *Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial*, compreendendo o ensino dos trabalhadores nas indústrias, como também os marítimos, aviários, pescadores, telefonistas e outros. Mais tarde foram se desligando do sistema: as empresas de transportes

marítimos (Lei n. 5.469, de 28 de junho de 1968); as de transporte aeronáutico (Decreto-lei n.º. 1.305, de 8 de janeiro de 1974); as de transporte rodoviário de passageiros e de carga, com a criação do *Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte SENAT* (Lei n.º. 8.706, de 14 de setembro de 1993). (CUNHA: 2000)

Desde sua criação, o SENAI vinculou-se ao *Ministério da Educação*, porém, sendo mantido e administrado pela *Confederação Nacional da Indústria*. A partir de julho de 1974, no entanto, pelo Decreto n.º. 74.296, incorporou-se ao *Ministério do Trabalho*.

Do ponto de vista de sua constituição, o SENAI é uma instituição pública, pois foi criado por um decreto-lei, vigente por meio século, confirmado em tudo pelas constituições federais de 1946, 1967 e 1988, assim como pelas Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1961 e 1996). Somente pela coerção legislativa os industriais recolhiam a contribuição compulsória (projeto varguista que não foi bem aceito pelos empresários) responsável pelo financiamento da instituição. Posteriormente, as empresas comerciais que exploravam atividades econômicas próprias dos estabelecimentos industriais foram também obrigadas a contribuir com a instituição.

No entanto, analisando o poder institucional e a gestão dos recursos, o SENAI é uma instituição privada, cuja criação foi marcada pela política patrimonialista, em que as esferas públicas e privadas estavam marcadas pela ambigüidade. A direção financeira e administrativa foi entregue à Confederação Nacional da Indústria (CNI) e às Federações Estaduais de Sindicatos Patronais. O ensino no SENAI, até 1971, funcionou como não-formal. Esclarece Laurindo (1962) que:

Para esse fim, as empresas industriais contribuem mensalmente, e de forma compulsória, com uma importância equivalente a 1% do montante das respectivas folhas de pagamento. Não há contribuição financeira dos empregados, nem do poder público.

Os recursos arrecadados em cada região administrativa do SENAI são aplicados em benefício da própria região, com exceção de uma pequena parcela destinada à administração nacional e a auxílio a órgãos regionais sediados em regiões de fraco desenvolvimento industrial.

O SENAI é composto de órgãos regionais, sediados nos Estados e administrados por Conselhos constituídos de representantes da indústria, do Ministério da Educação e do Ministério do Trabalho. A presidência de cada Conselho Regional cabe ao próprio presidente da Federação de Indústrias local. (LAURINDO, 1962, p. 76)

Assim como o SESI, SESC e SENAC, o SENAI constitui um reduto de iniciativa privada, que tem trazido inúmeros benefícios aos operários, comerciários e suas famílias, propiciando formação profissional a milhões de trabalhadores. Nas palavras de Eliana Mourão (1988, p. 34), “A orientação no preparo da mão-de-obra especializada para a indústria tem caráter eminentemente privado e o SENAI funciona de acordo com essa privacidade (...)”.

Em vista do desenvolvimento das indústrias nacionais e da própria inserção do País no Capitalismo Monopolista, em 1965 o *Departamento Nacional* lançou o *Projeto Empresa*, com amplo programa de orientação e assessoria para ampliar o *treinamento de pessoal nas empresas*.

Em conseqüência, foram firmados inúmeros *convênios* entre Departamentos Regionais e SENAI, a fim de que este último passasse a promover, em suas unidades, programas intensivos de *formação e especialização da mão-de-obra* (operários qualificados, agentes de mestria, auxiliares técnicos e técnicos industriais). Os planejamentos regionais deveriam ser elaborados em conjunto com a Diretoria de Ensino Industrial do MEC. O SENAI foi adquirindo significativa experiência nos cursos de qualificação e treinamento, como: o Projeto Rodovia (1965), conveniado com o MEC, para treinar trabalhadores das empresas de construção e de conservação das rodovias do Nordeste, via cursos e iniciativas; convênio com o MTPS (1968) para o treinamento de pessoal da construção civil nos canteiros de obra.

Até a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º. 5.692/71, o SENAI constituía um ensino não-formal, ou seja, paralelo ao sistema formal, destituído de organicidade estrutural e uniformidade prefixada. A partir de 1971, o SENAI:

[...] *teve definida sua posição no quadro educacional do País: foi inserido no ensino supletivo com todas as suas modalidades Aprendizagem Industrial, Qualificação Profissional, Suprimento e Suplência, através de cursos ministrados em suas unidades operacionais ou nas próprias empresas industriais; qualificação intensiva, treinamento operacional, especialização e aperfeiçoamento. Com a abrangência, formava-se do operário qualificado à área gerencial.* (IDEM, p. 214)

Paralelo à Lei 7.044/82, foi criado o *Sistema Nacional de Formação de Mão-de-Obra* (SNFMO). O controle sobre o SENAI, o SENAC e o PIPMO (Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra) foi transferido do MEC para o *Ministério do Trabalho* (MT).

O SENAI aproveitou as grandes transformações tecnológicas, políticas, econômicas e sociais do período militar para consolidar a sua estrutura de atuação em todo o país, aperfeiçoando as unidades já existentes e investindo na especialização dos seus técnicos e instrutores. O modelo que consagrou influenciou a Argentina e o Peru. Desde os anos sessenta, atuava em duas linhas: a) *cursos sistemáticos ou intensivos de formação* e b) *treinamento e aperfeiçoamento da mão-de-obra nas próprias empresas*.

Em Minas Gerais, a implantação do SENAI foi comandada por Américo René Giannetti, presidente da *Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais* e pioneiro da indústria de alumínio no país. As primeiras unidades mineiras foram criadas nas cidades de maior concentração industrial: Belo Horizonte, Juiz de Fora, Nova Lima e Sabará. O ensino nesta instituição é ministrado por instrutores e professores; seus primeiros *Cursos de Aprendizagem* destinavam-se a menores de 14 a 18 anos e os *Cursos de Formação e Aperfeiçoamento*, aos operários adultos. (Mourão, 1988, p. 28)

De 1962 a 1989, o SENAI de MG teve um só Diretor Regional, Afonso Greco. Seu empenho, nos anos de 1967 a 1972, foi de “proceder melhorias nas escolas já existentes, o que não impediu que se instalassem outras unidades operacionais.” (Mourão, 1989, p. 179). Com o crescimento da indústria em Minas, havia, em 1972, doze unidades no Estado, espalhadas nos pólos de desenvolvimento industrial⁶. Além desses centros próprios, o SENAI mantinha convênio de isenção para treinamento em doze empresas. As novas indústrias, dentro das mais modernas tecnologias, foram “criando novas ocupações e provocando uma demanda ainda maior de mão-de-obra qualificada” e o SENAI “tratou de preparar-se para os novos tempos”, no sentido de modificar o ensino nele ministrado, para adequá-lo às novas realidades econômicas e sociais do Estado e do País. (Idem, p. 207-208)

A criação do SENAI de Uberlândia coincidiu justamente com essa nova política encetada no período de 1976 a 1982, quando se definiu a posição deste órgão no quadro educacional do País, dentro dos parâmetros traçados pela LDB 5.692/71, que promoveu incentivos fiscais para a formação profissional. Essa política, acrescida aos empecilhos na contratação de novo contingente de pessoal, incrementou o programa de treinamento do SENAI para empresas. Por outro lado, procurou fazer uma equivalência das séries do seu ensino às do ensino regular, obtendo depois aprovação pelo *Conselho Estadual de Educação*.

Sem perder de vista os objetivos para os quais foi criado em 1942, procuramos adequar o ensino do SENAI de Minas Gerais às disposições da Lei 5.692/71, respeitando ainda as mais legítimas aspirações da juventude operária que povoa as nossas unidades de operação. (SENAI-MG. SENAI Ensino de hoje para o futuro, Belo Horizonte, 1976. In. Mourão, 1989, p. 217)

Dessa forma, pelo Parecer nº. 342/74, da Câmara do Ensino de 1º Grau, foi aprovada a equivalência dos *Cursos de Aprendizagem* ministrados nos seus Centros de Formação em Minas às quatro últimas séries do ensino regular de 1º. Grau. Abriu-se, então, a oportunidade (nem que seja aparente) de que o egresso destes pudesse prosseguir seus estudos e até ingressar no superior.

Em 1974, a *Assessoria de Planejamento da Diretoria Regional* elaborou o documento *Subsídio para a Expansão do Sistema SENAI em Minas Gerais triênio 1976/1979*, que passou a nortear a política de expansão (em 1982, já existiam 21 unidades). É assim que, a partir de 1976, foram acionadas novas alternativas no campo da formação profissional e, ao mesmo tempo, ampliadas a diversificação de suas atividades e a sua dimensão social, através da sua participação em programas especiais de formação profissional. (Mourão, 1989, p. 255).

⁶ Além das quatro cidades destacadas, outras passaram a usufruir dessas unidades: Contagem, Uberaba, Cataguases, Itajubá, São João Del-Rei, Itaúna e Ponte Nova, totalizando 12 unidades mineiras, nas 11 cidades.

Por meio das *Unidades Móveis*, estratégia prática de interiorização dos trabalhos do SENAI, inaugurada a 21 de outubro de 1983, foram oferecidos cursos por todo Estado. Estas unidades móveis funcionavam (e ainda funcionam) como verdadeiras oficinas ambulantes sobre rodas, com recursos humanos e materiais adequados ao cumprimento de programas de treinamento de mão-de-obra, oferecendo cursos de Solda Elétrica, Costura Industrial, Comandos Pneumáticos, Comandos Hidráulicos, Calçados, Comandos Elétricos, Mecânica Diesel, Refrigeração, Panificação, Hidropneumática, Metrologia, Instalação Eletrodráulica e Eletroeletrônica. (Mourão, 1989, p. 264)

Nesse contexto de expansão da rede física do SENAI, este estabeleceu com o SESI um convênio com a Prefeitura, sendo criada a *Unidade de Uberlândia*, quando essa cidade já contava com uma economia em alta no campo e na indústria, contando com aproximadamente 700 indústrias, no ano de 1977. (*Jornal O Município*, de 20/11/79). “O SESI doaria o terreno, na Vila Presidente Roosevelt, e a Prefeitura executaria a obra, participando com 5% dos custos, cabendo o restante ao SENAI”. Assim, numa área construída de 3.420m², esta instituição começou a funcionar em 1979, mas foi oficialmente instalada em 1983, ministrando os cursos de Ajustagem, Torneria, Marcenaria e Eletricidade.

O *Jornal Tribuna*, em reportagem de 21/06/79, salientou que “Mais uma das grandes obras dentro do setor de ensino profissionalizante se vem registrando em nossa cidade”, manifestando-se impressionado com “o monumento que ali está sendo erigido”. Prosseguindo com sua descrição:

Ocupando uma vasta área, seus galpões se estendem por todos os setores, formando um conjunto de acentuada visão e que poderão abrigar elevado número de estudantes dentro das inúmeras especialidades profissionais que o SENAI oferece.

Não só a amplitude de cada galpão se acentua, mas bem como as acomodações de que estão sendo dotados, formando um “todo” em benefício daquele que irá usufruí-lo.

Este prédio foi inaugurado em novembro de 1979 (*Jornal Correio de Uberlândia*, de 06/11/79), cerimônia que foi prestigiada pela presença do *Secretário do Trabalho, Ação Social e Desportos do Estado de Minas Gerais*.

Por outro lado, na reportagem “Construções adiantadas”, de 23/08/79, o mesmo Jornal colocou os três cursos inicialmente oferecidos Aprendizado de Marcenaria, Mecânica e Eletricidade bem como o benefício esperado de tal instituição, qual seja, o adestramento de profissionais habilitados. No entanto, no mesmo dia, *O Jornal O triângulo* fez referência a quatro cursos - Eletrotécnica, Técnico em Edificações, Técnico em Eletrônica e Técnico em Mecânica. Dessa forma, há discrepância quanto ao número de cursos e ao nome desses, de que emerge a necessidade de se remeter a outras fontes que serão coletadas a seguir no Arquivo do SENAI.

Em fevereiro de 1980, a preparação de mão-de-obra pelo SENAI já funcionava com certo calor, contando com 134 estudantes em treinamento nos cursos básicos de Torneria, *Ajustagem Mecânica*, *Torneiro*, *Marceneiro* e *Eletricista*. Outros cursos foram solicitados: *Curso de Formação de Costureiras*, pois havia na cidade “cerca de 120 unidades industriais de pequeno e médio porte operando no ramo de confecções”, a funcionar durante 35 dias (4 horas/aula por dia) e com 144 horas; *Cursos de Hidráulica, Pneumática, Técnicos na Fabricação de Calçados e Eletricistas*. (*Jornal A Tribuna de Minas*, de 28/02/80)

Neste mesmo noticiário, o Sr. Calixto Alves, diretor da Escola Profissionalizante do SENAI, esclareceu que:

[...] dentro do programa de atendimento às necessidades empresariais no setor de mão-de-obra qualificada, o SENAI, além dos cursos regulares que ministra, acionará o Serviço de Cooperação com Empresas, cuja finalidade é treinar pessoal de operação dentro das próprias fábricas, sempre dentro das necessidades do empresariado. Além disso, cursos como de Hidráulica, Pneumática, para técnicos na fabricação de calçados e eletricistas, poderão ser montados e ministrados na região, através de uma unidade móvel. (*Jornal A Tribuna de Minas*, de 28/02/80)

O *Curso de Costura* iniciou-se em menos de dois meses da notícia acima, a 10/04/80, com 25 participantes e sob orientações teóricas e práticas de mestres especializados. Com a data prevista do término do mesmo para 22 de maio, as aulas foram ministradas das 7 às 11 horas, reservando-se o

período a tarde para o aperfeiçoamento. Contou com a participação de onze empresas locais, Associação de Empregadas, Domésticas e dois representantes do SINE *Sistema Nacional de Empresas*. O curso foi aberto a todos.

Algumas reportagens indicam o trabalho de moralização e de envolvimento da família que o SENAI empreendia, de que são exemplos, dentre outros:

· Homenagem às mães, iniciativa que envolveu os docentes e técnico-administrativos, destacando-se a visita realizada pelas mães e apresentados os três slogans premiados: “Mãe: fonte de amor inesgotável”; “Dê à sua mãe o que ela sempre teve por você: o seu amor”; “Ter mãe é Ter um tesouro na vida”. Os prêmios foram, respectivamente, de Cr\$1.200,00, Cr\$800,00 e Cr\$500,00. (*Jornal O Correio de Uberlândia*, de 14/05/80);

- Comemoração à *Semana da Indústria*, em que foram expostos trabalhos confeccionados pelos alunos (*Jornal O Correio de Uberlândia*, de 29/05/80);
- Realização da campanha “Plante uma árvore”, em comemoração ao 38º. Aniversário do SENAI/MG (*Jornal O Correio de Uberlândia*, de 25/09/80), etc.

A partir de 1981, o SENAI passou a oferecer cursos noturnos, para atender aos trabalhadores. (*Jornal O Município*, de 31/01/81 e *O Correio de Uberlândia*, de 05/02/80).

Num exemplar do jornal foram enumeradas as empresas que prestigiaram os cursos no SENAI local: Curso de Metrologia; Curso de Direção Defensiva; Curso de treinamento dentro da Indústria (TWI) - para supervisores e chefes de seções - responsabilidade dos cursos por conta da Agência de Cooperação com Empresas, órgão ligado ao Centro de Formação Profissional do SENAI. Para o Prof. Anísio, seu Diretor,

[...] visando a descentralização, a autarquia criou sete agências da ACE, propiciando assim às empresas e aos próprios trabalhadores oportunidade de alcançarem desenvolvimento da mão-de-obra em seu próprio local de trabalho (...) A descentralização foi bem recebida e aqui em Uberlândia as empresas e os trabalhadores depositaram total confiança nesse programa de treinamento especial”. Nestes três cursos, inscreveram-se trabalhadores de: Aragnari Confeções Gran Prix (2); Uberlândia Brasmix (4); CCO (2); Confeções Rubi (5); CTBC (23), Granja Planalto (1); Instituto Vallé (12); Mec. Magnino (1); Munk (1); Nacional Expresso (7), Oppus Conf. (1), Precon (2), Progresso Confeções (6), Randon (15), Reimassas (36), Rofé (2), Rouprin (1), SSAWASSY (1), Transcol (2), Caçula (1), Transportadora Rezendê (1). (O Correio de Uberlândia, de 10/03/81)

Em outras passagens dos jornais, constam convênios firmados com outras entidades, como o caso da Fiat e do *convênio de intercomplementaridade* entre a Escola Estadual Messias Pedreiro com o SENAC e SENAI, visando à profissionalização dos seus alunos, principalmente os do noturno. (*Jornal O Correio de Uberlândia*, de 15/01/81)

Atendendo às solicitações de indústrias e empregados e, ao mesmo tempo, procurando ampliar seu atendimento às empresas, não apenas treinando pessoal mediante seus Cursos Profissionalizantes, mas dando-lhes assistência e assessoria, o SENAI de Uberlândia, através de sua Agência de Comunicação com Empresas (ACE), a partir de 1981 passou a oferecer *Cursos Noturnos*. Decisão que teve por objetivo “abrir novas perspectivas de aprimoramento da mão de obra qualificada em favor das indústrias da cidade e região”. (*Jornal O Município*, de 31/01/81)

Nesse mesmo ano, foram oferecidos os seguintes *Cursos Noturnos*:

- *Metrologia, que visavam capacitar o operário mecânico a efetuar medição linear e angular com instrumental básico, dando noções sobre metrologia: medição, instrumentação e tolerância. Com 60 horas de carga horária, para admissão ao mesmo, exigia-se atestado de conclusão de escolaridade mínima (4ª série do 1º grau);*
- *Direção Defensiva, curso com 16 horas/aula, voltado para ajudar o motorista profissional e amador a ter uma conduta mais segura ao volante, além de capacitá-lo a tomar precauções para evitar adversidades no trânsito, através do conhecimento de técnicas de prevenção de acidentes de*

trânsito. O pré-requisito para admissão ao mesmo era ser motorista habilitado, amador ou profissional;

- Básico de TWI, que foi desenvolvido e aplicado em três etapas, com 60 horas para cada fase, destinado a desenvolver nos supervisores e diretores: na 1ª fase, “capacidade de transmitir seus conhecimentos ao pessoal, de modo claro, correto e completo, proporcionando maior rapidez na execução de trabalhos, por parte dos subordinados”; na 2ª, “capacidade de liderança e atitudes para maior harmonia e compreensão dos subordinados”; na 3ª, “habilidade para descobrir e promover a melhor utilização dos recursos materiais e humanos de que dispõe no trabalho”. (Jornal O Correio de Uberlândia, de 25/02/81)

Portanto, não só se destinavam à formação dos quadros de direção, também aos alunos que dariam início ao aprendizado e aos operários das indústrias para melhorar sua qualidade de trabalho. Funcionando de 17 às 22 horas, esses cursos tiveram grande aceitação, contando com um total de 146 matrículas em março desse ano, sendo paga uma taxa simbólica. Houve uma turma de 2º alunos para o curso de *Metrologia*, duas turmas de 15 alunos cada no curso de *Direção Defensiva* e 8 turmas com 12 alunos em cada uma das três fases no curso de *Treinamento dentro da Indústria* (TWI). (Idem, de 11/02/81)

O SENAI de Uberlândia atentou para a preparação da mão-de-obra para a indústria, impingindo, outrossim, uma moralização aos seus alunos. Em 1979, funcionou a primeira turma do SENAI neste município, mas a inauguração oficial foi em 1983. Em 1985, terminou a ditadura militar brasileira, dando início à chamada “abertura democrática”, que buscou um re-direcionamento à educação profissionalizante no país, de que advieram alterações no SENAI.

Portanto, ao ser instaurado em Uberlândia o SENAI (*Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial*) já era uma realidade nacional desde o ano de criação de sua primeira unidade (1942), época da Segunda Guerra Mundial, para atender às necessidades empresariais quanto à qualificação de seus funcionários e/ou seus filhos. O intento inicial foi orientar a mão-de-obra operacional e renová-la, sendo que, atualmente, exporta tecnologia e até serve de modelo operacional a outros países.

Criado para atender à indústria, o ensino nele ministrado focaliza a formação do caráter do aluno, na moldagem de seu comportamento, de acordo com as expectativas da indústria, como se pode apreender nas afirmações: a) do ex-conselheiro Francisco Malatesta, ao colocar que o SENAI “(...) transmite a mensagem de *honestidade, correção e zelo* no trabalho”; b) de Angelo Falci, “O SENAI é coisa muito séria. Quando recebemos um egresso da entidade, ele é melhor absorvido pela indústria que outro, porque sabe-se que possui uma *formação técnica e moral*” (Mourão, 1988, p. 47, grifos nossos).

Portanto, destina seu ensino às classes menos favorecidas, destacando-se o *ensino supletivo* que oferece aos jovens que necessitam integrar-se mais rapidamente na força de trabalho. Ou seja, sua clientela é formada por jovens que necessitam preparar-se mais rapidamente para o trabalho, os quais são impulsionados por dois motivos: aprender uma profissão e garantir o futuro, por meio do emprego. (Mourão, 1989, p. 211)

O perfil dessa clientela do SENAI é o seguinte: faixa etária situada entre 14 e 18 anos (pré-requisito para a frequência normal dos cursos oferecidos); o ensino supletivo procura atender os adolescentes com escolaridade defasada e, em sua maioria, interromperam o curso na 4ª. série do 1º. Grau. O SENAI tem por objetivo instrumentalizar esse jovem, em dois aspectos: *domínio de um ofício* que lhe abra as portas do mercado de trabalho e *formação do caráter* “noções de disciplina, responsabilidade, companheirismo e honestidade”. Ele visa, antes de tudo, uma *educação para o trabalho* e não para um trabalho. (Idem, p. 211-213)

Com o intuito de *educar para o trabalho*, mas não no sentido de adestramento e sim de formação, o currículo das *escolas de aprendizagem* contém disciplinas de formação geral matemática, português, história, geografia, educação física e outras.

Três Exemplos De Formação Profissionalizante Em Uberlândia

Embora a pesquisa ainda não esteja concluída, alguns resultados puderam ser levantados. Primeiro, enquanto a E.E.A. Renê Giannetti foi passando por diversas mudanças para se adequar às reformas que atingiam o ensino profissionalizante estadual, oferecendo inicialmente uma iniciação para o trabalho e, depois, um ensino técnico-profissionalizante em meio a uma preocupação com a

formação geral, e gradativamente sendo destroçado, as demais foram esboçando alternativas diferentes de formação profissional e obtendo expressivos sucessos.

Outro, é que, desde sua origem, a *Escola Agrotécnica Federal de Uberlândia* guardou feição estritamente profissionalizante, funcionando em regime de internato e voltada para meninos das classes média baixa e trabalhadora (da zona rural), sendo que a formação oferecida foi assumindo gradativas complexidade e abrangência, devido à autonomia que gozava, por se tratar de uma instituição federal de ensino. O SENAI, por seu turno, através de inúmeros convênios com empresas da cidade e região, procurou adequar-se, de forma rápida e criativa, às diversas demandas que foram eclodindo no transcorrer do período delimitado, propiciando cursos de aperfeiçoamento aos trabalhadores e cursos de formação profissional, com um ano e meio de duração, a jovens com idade a partir de 14 anos e que tivessem escolarização primária. Neste último, é muito expressiva a variedade e a própria flexibilidade dos cursos oferecidos, acionando até unidades móveis, para um pronto atendimento nas cidades vizinhas.

Portanto, percebeu-se, em Uberlândia, saídas específicas para formação de recursos humanos para o mercado de trabalho: o SENAI, de caráter privado e sob a tutela do setor comercial e industrial, tendo por clientela trabalhadores nas indústrias e filhos de seus empregados; a *Escola Agrotécnica Federal de Uberlândia*, federal, atendendo trabalhadores rurais, filhos de fazendeiros e, mais tarde, crianças provenientes da classe média, e, por fim, a *Escola Estadual Américo René Giannetti*, que, em função de sua descaracterização advinda da Lei nº 5.692, foi perdendo a identidade enquanto centro formador de mão-de-obra trabalhadora. Portanto, a análise da profissionalização em Uberlândia, embora não tenha abarcado todas as instituições formadoras de mão-de-obra, corrobora a tese posta por Manfredi, de que as alterações incorporadas nesse ramo de ensino a partir de 1971:

Deixou como legado sua contribuição para tornar ainda mais ambíguo e precário o ensino técnico oferecido pelas redes estaduais, desestruturação da qual só escaparam as escolas técnicas federais, provavelmente em razão da relativa autonomia com que contavam, desde 1959". (Manfredi, 2002, p. 107)

Também foi possível comprovar, na educação profissionalizante, as duas fases da ditadura militar delimitadas pela historiografia. De 1964 a aproximadamente 1974, fase crítica da ditadura, de extrema repressão e arbitrariedades, verificando-se uma relação direta entre educação e contexto econômico, tendo a primeira a função de formar as habilidades necessárias para o trabalho urbano-industrial, numa visão empresarial da mesma. De 1974 a 1985, em que uma ala do Exército voltou-se para a dita “abertura democrática”, inaugurada por Geisel, em sua política pretensamente “liberal” e que passou a priorizar uma *política social*, nos quatro pilares das necessidades básicas do homem habitação, saúde, lazer e educação. Nesta última, deu-se o esfacelamento do ensino secundário, inclusive o profissionalizante, com ênfase à educação popular e de adultos, para os setores “carentes” de escolarização (analfabetos), nas regiões mais pobres do Brasil (Nordeste, Norte e Centroeste), em espaços não regulares de ensino. Por outro lado, houve gradativo sucateamento da rede escolar, em vista da ação estatal supletiva, com gradual transferência, à iniciativa privada, da sua responsabilidade de “propiciar educação pública e gratuita a todos”.

Outros problemas já levantados por Germano (2000) também são procedentes, merecendo destaque:

- A corrupção no ensino, diminuindo os recursos para a educação pública e gratuita e transferindo recursos para a rede privada, de forma que a proclamada “moralização dos costumes políticos” caracterizou-se pelo seu inverso - enquanto se ampliava a escolarização obrigatória (de 4 para 8 anos) no 1º grau, enfocava-se a “educação para o trabalho” privatizante;
- Com a crise da Ditadura Militar (1974 a 1985), a linha mais liberal dos militares no poder e também frações da classe dominante intentaram o apoio da sociedade civil para o consenso, o Estado procurou adotar estratégias mais sutis de dominação das classes subalternas, alterando a política social, inclusive educacional. Mas, para manter o Estado da Segurança Nacional, adotou certos ‘filtros’ capazes de inviabilizar a consecução da vontade da sociedade civil e impedir a sua livre manifestação, encetando nova estratégia política na gestão da força de trabalho, tentando a cooptação da força de trabalho, com a revisão da exclusão econômica, política e social dos

dominados, pelo Estado; questões sociais passaram a ser tratadas como questões políticas (não mais como questões técnicas); 'integração social', 'redistributivismo da renda', 'apelos participacionistas', redistributivismo e participacionismo nos Planos Nacionais de Desenvolvimento (1974-1985) passaram a compor o novo discurso;

- Repensou-se a redistribuição da renda, a fim de privilegiar as áreas densamente povoadas e carentes, por meio de uma política social (de participação) voltada para os carentes. No Contexto Internacional, teve-se a política participativa ou planejamento participativo, pelo Estado e Banco Mundial (BM), apontando-se para a inclusão, com incentivo à criação dos Conselhos Comunitários, Associações de Moradores, Centros Sociais Urbanos e outros, para tentar recompor o clientelismo;

- A partir de 1975, incentivou-se a municipalização do ensino, cuja justificativa participacionista e democratizante coincidiu com a transferência, aos municípios, dos progressivos encargos com o ensino de 1º grau e com a descentralização e democratização do sistema educacional. A educação passou a ser vista como "equalizadora de oportunidades educacionais e promotora da ascensão social", adotando a idéia de "planejamento participativo" para o desenvolvimento de sua ações. Em Uberlândia, grassou a mesma idéia de educação, conforme o exposto em 1983;

- A expansão do programa de reformas do neoliberalismo⁷, para garantir a hegemonia norte-americana, com destaque ao Estado do Bem-estar-social ou Estado Tutelar⁸.

Assim, a educação profissional passou a ser um conceito extremamente valorizado merecendo análises mais profundas em sua extensão, nos diferentes significados que lhe foram imputados ao longo do período analisado e na forma como foi apreendido pelo município. Devem ser dimensionados, ainda, os atores mais diretamente ligados à vivência escolar: professor, aluno, diretor e demais funcionários da escola. A organização escolar e suas imbricações com o poder público permitem apreender estas inúmeras relações e precisam ser discutidas. A presença da iniciativa privada demonstra o tratamento mercadológico dado à educação e o descaso do Estado para com o ensino.

Na Ditadura Militar, a questão da cidadania emerge nos programas de alfabetização da população 'carente' e analfabeta, em vista dos ideais de utilidade e civis (torná-la produtiva e, portanto, menos onerosa ao Estado), com a difusão de ideais neo-liberais (que transferem o social para o individual e o público para o privado), apresentando-se a educação como a mediação entre trabalho e profissionalização. A formação do cidadão transparece nos diversos cursos promovidos pelo Senai em Uberlândia, encontrando-se uma forte preocupação com a difusão de valores inerentes à teoria do capital humano, cuja lógica está no econômico, abrindo progressivos espaços para a iniciativa privada e, automaticamente eclodindo o descaso desse governo para com o ensino em geral.

Referências Bibliográficas

a) Primárias

Jornal Correio de Uberlândia Uberlândia, MG, de 2/julho a 10/agosto de 1983.

Documentos constantes nos arquivos da *Escola Agrotécnica Federal de Uberlândia* e da Escola Américo René Giannetti.

b) Secundárias:

CHAUI, Marilena. (2001) *Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária*. SP: Editora Fundação Perseu Abramo, 4ª ed.

CUNHA, Luiz Antônio C. R. (1977) *Política Educacional no Brasil: A profissionalização no ensino médio*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Eldorado.

⁷ O Neoliberalismo é a ideologia produzida pelo capitalismo globalizado (agências financeiras internacionais, como: Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional). Nos anos 80, assentou sua hegemonia na América Latina.

⁸ O Estado tutelar constitui um regime político democrático de caráter tutelar e alta corrupção.

GERMANO, J. Willington. (2000) *Estado e Educação no Brasil (1964-1985)*. 3ª. Ed., São Paulo: Cortez Editora.

MANFREDI, S.M. (2002) *Educação profissional no Brasil*. São Paulo: Cortez.

PÉREZ GÓMEZ, A. I. (2000) *La cultura escolar en la sociedad neoliberal*. Madrid: Editora Morata.

RIBEIRO, Maria Luiza Santos. (1987) *História da Educação Brasileira*. São Paulo: Cortez.

ROMANELLI, O. O. (1980) *História da Educação no Brasil (1930-1973)*. Petrópolis: Vozes.

SANTOS, J.A. dos. (2000) A trajetória da educação profissional. In. Lopes, E.M.T. e outros (org.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2ª edição, pp. 205-224.

XAVIER, M. E. S. P. (1990) *Capitalismo e Escola no Brasil: A Constituição do Liberalismo em Ideologia Educacional e as Reformas do Ensino (1931-1961)*. São Paulo: Papirus.

*Recebido em Agosto de 2004
Aprovado em Outubro de 2004*